

## **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**

**Review: Food regimes and agrarian questions**

**Revisión: Regímenes alimentarios y cuestiones agrarias**

**Jeidi Yasmin Galeano Cobos**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.  
e-mail: jygalc4@gmail.com

### **Sobre o autor**

Philip McMichael é sociólogo, historiador e professor do Departamento de Sociologia do Desenvolvimento, vinculado à *Cornell Center for Sustainable Future*, em *Cornell University*. Por meio da sociologia histórica, analisa a modernidade capitalista através da lente das questões agrárias, regimes alimentares, movimentos agrários e, mais recentemente, a conquista global de terra para produção de alimentos e biocombustíveis. Possui uma longa trajetória de trabalho com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), UNRISD (Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social), La Vía Campesina, o Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar e a Coalizão Internacional Camponesa.

### **Sobre a obra**

O livro *Food regimes and agrarian questions*, na versão em português, surge como norteador e esclarecedor da problemática agroalimentar mundial. É o segundo livro da série “Estudos Camponeses e Mudança Agrária”, a qual pretende contribuir para o avanço do conhecimento sobre o desenvolvimento rural nos âmbitos local, nacional e internacional. A obra de Philip McMichael está estruturada em sete capítulos, sendo eles: Capítulo I, O projeto de regime alimentar; Capítulo II, Formas históricas do regime alimentar; Capítulo III, O regime alimentar corporativo; Capítulo IV, Regimes alimentares e a questão agrária; Capítulo V, Reformulações do regime alimentar; Capítulo VI, Crise e reestruturação; e por fim, o Capítulo VII, O regime alimentar e as relações de valor: quais valores?.

A narrativa do autor se dá em uma perspectiva histórica, partindo do século XIX com o regime alimentar centrado na Grã-Bretanha, passando pelo século XX com o regime centrado nos Estados Unidos e finalizando no século XXI com o atual regime corporativo, discutindo e argumentando com vários autores e organizações sobre o arranjo institucional regulatório estável das relações alimentares internacionais, que historicamente moldaram as dinâmicas de acumulação capitalista nos três regimes alimentares. Sua análise sugere uma

reformulação do arranjo organizacional do agronegócio que controla a produção de alimentos no mundo. Estado, alimento, mercado, relações político-econômicas e acumulação são palavras-chave do texto.

Sob o conceito de “regime alimentar” formulado por Harriet Friedmann, em seu primeiro capítulo “O projeto de regime alimentar”, McMichael analisa as relações agrícolas internacionais de produção e consumo de alimentos, que foram se estabelecendo com fortes laços político-econômicos institucionalizados e promoveram formas de acumulação em uma globalização crescente. Situa o papel da agricultura comercial na construção de uma relação - até hoje inseparável - entre Estado e mercado, distinguindo dessa forma, três regimes alimentares: o primeiro, o regime alimentar imperial “*workshop of the world*” estabelecido pela Grã-Bretanha (1870-1930); o segundo, o regime alimentar intensivo, determinado pelos Estados Unidos (1950-1970); e o terceiro, o regime alimentar corporativo “a revolução do supermercado” controlado pelas corporações (1980-2000).

Assim, coloca os seguintes pontos fundamentais para o primeiro regime alimentar: livre-comércio e a operacionalização do padrão-ouro; trigo, como elemento gerador de receita, renda e detentor de terras; força de trabalho assalariada de baixo custo; divisão internacional de trabalho, como definidora do sistema colonial; colapso do preço de grãos e a estiagem na década de 1930.

No segundo regime alimentar, descreve os Estados Unidos como o grande império, que redireciona excedentes de alimentos resultantes de políticas agrícolas subsidiadas para seu império informal de nações pós-coloniais durante a Guerra Fria. Dessa maneira, se garante lealdade anticomunista, mercados imperiais e o começo de uma agricultura sem agricultores. A Revolução Verde; agronegócio; divisão internacional do trabalho na agricultura; complexos transnacionais; agricultura especializada; gado, frango, milho e soja como *commodities*, e o dólar como moeda internacional são denominadores comuns nesse regime. A intensificação desses fatores caracterizou o regime corporativo, adicionando forte regulação de produção e consumo a nível global, moldadas por políticas de ajuste estrutural e acordos de comércio bilateral Nafta, sigla em inglês (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e multilateral OMC (Organização Mundial do Comércio). Um sistema dolarizado; princípios neoliberais de mercado; agricultura e alimentos padronizados; privatizações, aumento da força de trabalho assalariada e alimentos de baixo custo são elementos que, conjuntamente, propiciaram um ambiente de acumulação de poder.

No segundo capítulo “Formas históricas do regime alimentar”, McMichael apresenta a estruturação e reestruturação dos dois primeiros regimes alimentares, destacando o baixo custo dos alimentos com preço mundial estabelecido como principal forma de domínio, pacificação da mão de obra, apropriação dos recursos alimentares e geração de dependência. As diferentes formas de domínio arquitetam a estruturação dos regimes alimentares. Assim,

o autor ilustra ao leitor, as mais intrincadas relações de poder, tanto no regime centrado na Grã-Bretanha, quanto no centrado nos Estados Unidos.

O autor utiliza os estudos de Polanyi para explicar a incorporação do alimento, da mão de obra e do capital à mercantilização. Discorre sobre a apropriação das relações de produção e reprodução de *commodities* tropicais e temperadas para o mercado mundial, a concorrência industrial e o protecionismo que levaram ao livre-comércio, e sobre a abundância de alimentos e riqueza no Norte que equiparava e, até superava, a fome, desnutrição, escravidão e trabalho mal remunerado do campo no Sul. Cita os fatos históricos que marcaram e instituíram o modelo da agricultura norte-americana no pós-guerra, como aquele a ser copiado no resto do mundo. O regime colapsou com a abertura do bloco soviético em 1972-1973, que provocou uma crise inflacionária de grãos e de oleaginosas, provocando por um lado, uma crise alimentar mundial, e por outro, uma crise geral de acumulação.

A reestruturação do regime consistiu no fortalecimento e autodenominação dos Estados Unidos como o celeiro do mundo. Uma série de novas tensões surgiram, dinamizadas pelos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO), os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a, denominada pelo autor, “rebeldia do terceiro mundo”. Ditas tensões provocaram mudanças nas organizações intergovernamentais, enfraquecimento e posterior descentralização da FAO.

No terceiro capítulo “O regime alimentar corporativo”, McMichael discute amplamente os processos que ocorreram para o estabelecimento da hegemonia corporativa sustentada por finanças internacionais e regras multilaterais, que colocaram os mercados acima do Estado, transformando estes últimos em servidores dos primeiros, por meio de governança financeira internacional do Banco Mundial/FMI e a OMC, possibilitando um regime alimentar privado, constituído por corporações transnacionais institucionalizado no livre-comércio e visionado em um mercado de “segurança alimentar”.

O autor traz à tona os questionamentos e análises de Friedmann sobre as relações agroalimentares, questionando sobre a possível existência de regras que normatizam o comportamento do Estado, corporações, empresas, movimentos sociais, consumidores e cientistas e que designa papéis aos países como produtores e importadores dentro de um comércio internacional facilitado. O autor lança um questionamento que instiga pensar sobre o nosso posicionamento dentro de uma ordem mundial: novas regras multilaterais ligadas à hegemonia corporativa e a implantação da dívida estão funcionando como um mecanismo disciplinador a serviço do comércio e de lucros financeiros? Em relação a isso, cita o cientista político Walden Bello, autor do livro *The Food Wars*, que diz: na década de 1980 os Estados Unidos elevaram as taxas de juros, desta forma mais de setenta nações do hemisfério sul passaram por ajuste estrutural, entrando em 1990 com 61% mais dívidas do que detinham

em 1982. Esses países tornaram-se alvo do Banco Mundial e FMI, este último como arrecadador de dívida em favor dos bancos do hemisfério norte.

Os países do Terceiro Mundo passaram de políticas agroalimentares nacionais para exportações dominadas por corporações. Isto fez com que os agricultores se confrontassem universalmente com um preço de mercado mundial, perante um agronegócio norte-americano subsidiado, agroexportações, proteções à propriedade intelectual, varejo global, padronização de produtores, entre outros. Dessa maneira, comprometeu-se a segurança alimentar desses países, via migração, espoliação rural e agudez da fome. O autor, finaliza o capítulo destacando as contratendências ao regime corporativo, especialmente da Via Campesina criada em 1993, que exige a politização da soberania alimentar, espaços para debater a crescente crise e insegurança alimentar, a defesa do modo camponês, o direito das comunidades aos alimentos considerando as características do território onde estão inseridas, e a participação dos movimentos de agricultores na definição de políticas agrícolas e alimentares.

No quarto capítulo “Regimes alimentares e a questão agrária”, McMichael aborda a questão agrária por meio das lentes dos regimes alimentares. Questiona se há uma questão agrária ou uma crise agrária. Valendo-se de vários autores, evidencia que o enfoque clássico que posiciona o capital e o trabalho como solucionador da questão agrária (especificamente o capital industrial), desconsidera por completo a ecologia, o camponês, e o alimento. “Somente o preço conta”, pois afeta as reações políticas e os padrões de acumulação, o que acontece com a terra é secundário.

Relata que desde o primeiro regime alimentar a agricultura campesina foi substituída pela capitalista motivada pela transformação de classes, mas condicionada pelo regime alimentar. Relembra como no segundo regime alimentar, agricultores colonizadores de fronteiras espoliavam extensos terrenos e seus habitantes nativos para espalhar uma agricultura especializada em produção de grãos de baixo custo, mas ecologicamente insustentável. O preço no longo prazo implicou esgotamento do solo e da água, causando uma tempestade de areia nos Estados Unidos em 1930. O desastre ecológico não foi suficiente para mudar o modo de produção e exploração da agricultura, pois mesmo colocando fim a agricultura colonizadora de fronteira, iniciou-se um programa de estabilização de *commodities* alimentado por subsídios agrícolas e compras governamentais de excedentes de alimentos para administrar os preços.

No pós-guerra, a questão agrária muda e passa a ser embasada na industrialização, modernização agrícola, reforma fundiária, tecnologias de revolução verde, crédito rural e assistência para comercialização. As reformas agrárias no mundo capitalista colocam produtores de subsistência como produtores de pequenas *commodities* inseridos nas relações de mercado. Trata-se de uma reforma agrária liderada pelo Estado e posteriormente pelo

mercado, a favor do poder dos latifundiários, e à custa das necessidades de terra e subsistência da população rural pobre e sem terra.

McMichael identifica que o surgimento da crise agrária no Sul global resultou de uma decisão no Norte, sob a forma de um regime de ajuda alimentar mercantilista e que enquanto a sociedade capitalista existir, a crise agrária será seu efeito colateral.

No quinto capítulo “Reformulações do regime alimentar”, o autor explora outras óticas para enriquecer sua análise focando outros elementos. Revisa a participação histórica do Leste Asiático, América Latina e Oriente Médio, as relações de gênero, raça e mão de obra, assim com também a perspectiva da financeirização, nutricionalização e ecologia.

Nas diferentes regiões analisadas houve transformação das dietas em diferentes fases históricas. Por exemplo, no Japão em 1945, graças à Lei de Segurança Mútua EUA-Japão, o consumo de trigo aumentou e diminuiu o consumo de arroz em 30%. Entre 1950 e 1985 o consumo de proteína animal aumentou, o que implicou uma intensificação da produção animal com rações importadas por meio de um complexo de carnes. Isso iniciou a transformação do cerrado brasileiro com o cultivo de soja, abrindo a porta para as *nontraditional exports (NTEs)*, tais como ração animal, alimentos processados, carnes, frutas e vegetais exóticos. Os investimentos japoneses na Tailândia converteram-na no supermercado da Ásia, particularmente na produção de frango de corte. Na década de 1990, o Japão mudou a Tailândia pela China, como seu principal destino de investimento, convertendo-se na sua segunda fonte de importações depois dos Estados Unidos. Os complexos de soja, óleo de palma e laticínios supriam as importações de alimentos processados, ração animal e energia ancorados no regime alimentar corporativo.

Para a análise da América Latina, o autor assinala as pesquisas do economista e sociólogo mexicano Gerardo Otero, focando no papel dos Estados no favorecimento do regime corporativo e dos agricultores capitalizados. Cultivos transgênicos para exportação de soja e milho, ração animal e biocombustíveis na Argentina e no México, *versus* contramovimentos camponeses, correntes de resistência e presença ativa da Via Campesina formam o escopo da discussão para essa região. No caso do Oriente Médio é destacada sua dependência histórica de alimentos, sendo os maiores importadores de grãos do mundo.

A partir do livro *Food Security in the Middle East*, McMichael analisa as estratégias que diferentes Estados do Golfo buscam para diminuir sua dependência alimentar. Entre essas, inclui-se o investimento em agronegócios globais, formação de alianças de grãos com grandes exportadores e investimento de terras no exterior.

Trabalho de agricultores, trabalhadores diaristas, trabalhadores autônomos, informais, migrantes, distinção étnica, e a dupla atividade das mulheres como trabalhadoras (50% da força de trabalho agrícola mundial) e perpetuadoras da reprodução social, conformam uma imensa classe de mão de obra desvalorizada e vulnerável. O autor cita que,

a integração da reprodução social permite uma “forma paradigmática de biopoder” em que o capital reconstitui os seres humanos por meio da reconstituição da ordem natural, em nome da segurança alimentar. Finaliza com a derradeira ironia do regime alimentar: a maior parte da fome mundial atinge os trabalhadores envolvidos na produção de alimentos.

A financeirização no negócio de alimentos por investidores e o cálculo estritamente financeiro nas operações alimentícias, converteram o alimento em uma mera mercadoria negociável com finalidade de circular pelo mercado e aumentar a acumulação do capital corporativo, acelerando o esgotamento dos processos naturais por sua conversão em “recursos” especulativos. A nutricionalização do alimento imprime uma visão do alimento como medicamento dada pela exagerada racionalidade científica e a lógica do mercado corporativo. Tratar a deficiência dietética se transformou em um problema técnico, despolitizando assim a fome. No último subtítulo desse capítulo, McMichael aborda a perspectiva ecológica desde a ruptura metabólica; a separação da vida social da natureza, do campo e a cidade, a subordinação da agricultura ao capital, esgotamento do solo, a água e a substituição da policultura pela monocultura. Recuperar a perspectiva ecológica ligaria tal fracionamento, reverteria a degradação, sustentaria a agricultura e permitiria uma conexão com os alimentos de procedência conhecida.

No sexto capítulo “Crise e reestruturação”, McMichael caracteriza os padrões de acumulação e crise que dinamizam as estruturas dos regimes alimentares. O autor define três diferentes formas de acumulação: extensiva, intensiva e financeira, todas condicionantes das relações geopolíticas e institucionais da mercantilização da agricultura e dos alimentos. O autor admite que ainda é cedo para determinar se o regime corporativo está em transição ou se reestruturando. No entanto, sua análise cronológica expressa uma crise alimentar (com reivindicação por comida), agravada pelo apoio aos agrocombustíveis com consequências na acumulação de capital e deterioração cumulativa da sustentabilidade dos ecossistemas com vistas a chegar ao esgotamento absoluto da natureza.

Nesse sentido, o autor aponta o paradigma da bioeconomia impulsionada pela neoliberalização da natureza. O alvo é o carbono da biomassa vegetal à medida que os combustíveis fósseis escasseiam. Com isso ocorreria a reestruturação do regime alimentar rumo a um novo regime de extrativismo de alimento-combustível-biomassa, envolvendo o que resta de terras e água do mundo inteiro. Isto requer a espoliação ou incorporação de pequenos agricultores à cadeia de valor. Homens, mulheres, animais e plantas subordinados ao cálculo financeiro, em vez de social.

McMichael finaliza seu livro com o sétimo capítulo, “O regime alimentar e as relações de valor: quais valores?”. Nele, o autor entende duas polaridades em relação aos valores, o valor de troca e de acumulação de capital a qualquer custo advindo do regime alimentar corporativo, e o valor de uso do alimento, que permite conectar o homem com a natureza.

Esse último proposto pelos movimentos sociais em virtude de uma série de exigências por soberania alimentar, cidadania agrária, pluriatividade, multiculturalismo, respeito pelos modos de vida camponesa e promoção de uma agricultura agroecológica. Dessa forma, ele nos convida a refletir sobre o que comemos, o que compramos, onde compramos e se estamos sendo partícipes das tendências ou das contratendências do regime alimentar do momento.

Ler o livro “Regimes alimentares e questões agrárias” de Philip McMichael é de vital importância para todos aqueles interessados em compreender, interpretar e aprofundar as relações imbricadas entre a questão agrária e os problemas alimentares no mundo. Entender por que o comer se converteu em um ato político torna-se inquietante no decorrer da leitura dos três regimes alimentares, sendo estes o eixo central do livro. Desde a consolidação do primeiro regime, ou seja, o regime alimentar imperial, do segundo, o regime alimentar intensivo centrado nos Estados Unidos, e do terceiro, o regime alimentar corporativo, associa-se aos três, uma estabilidade dependente de várias combinações de coerção Norte-Sul, que trata o alimento como mercadoria consolidada graças a políticas de relações alimentares e ligações de ordem mundial preocupadas por fortalecer processos de acumulação.

Como livro revelador faz um chamado a todos os leitores, pois o que resultou em alimentos cada vez mais baratos como os ultraprocessados, hoje nos priva de comer alimentos saudáveis, desconhecendo por completo a procedência do que chega ao nosso prato, além de impedir os camponeses de produzir alimentos dadas as condições desiguais de concorrência com uma agricultura industrial. Para o autor, alternativas gestadas pelos movimentos sociais e a agricultura de base agroecológica fundamentadas pela busca de soberania alimentar se apresentam como as mais viáveis em fornecer processos diferentes ambiental e socialmente sustentáveis.

## Referências

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016. 256p.

---

## Sobre os autores

---

**Jeidi Yasmin Galeano Cobos** – Graduação em Engenharia em Agroecologia pela Corporación Universitaria Minuto de Dios (UNIMINUTO), Bogotá, Colômbia; Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Paraná, Brasil; Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

---

## Como citar este artigo

---

COBOS, Jeidi Yasmin Galeano. Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 177-184, mai.-ago. 2018.

---

Recebido para publicação em 18 de setembro de 2017.  
Devolvido para a revisão em 26 de fevereiro de 2018.  
Aceito para a publicação em 01 de março de 2018.

---